



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

7ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa

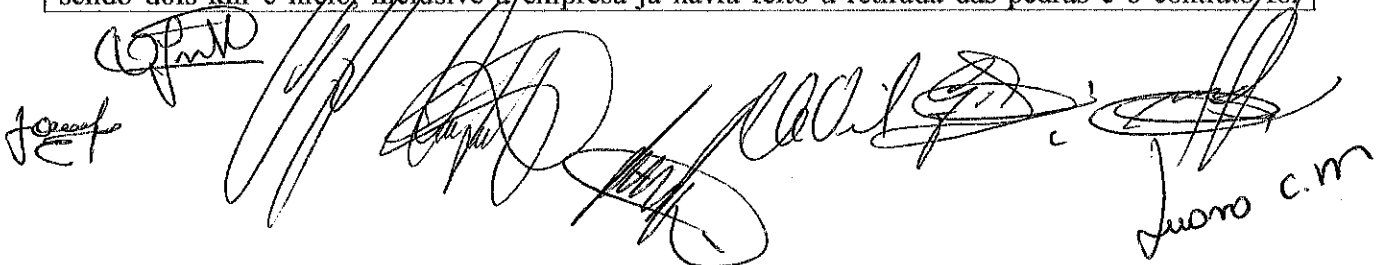
16ª Sessão Extraordinária

ATA Nº 024/2020 – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte às dez horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Irineu Ferreira Camilo, o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Cláudio Viola, Edson Rodrigo Camargo, Gilvan José Kóten de Oliveira, José Ferreira da Silva, Luiz Fernando Moreira, Milton Rodrigues da Silva, Olide Bovino e Oseias de Oliveira. O Senhor Presidente verificando quórum legal deu início aos trabalhos da hora do expediente. Pediu à secretaria que faça a leitura da ata anterior. Aprovada por unanimidade. Deu entrada a seguinte matéria: Ofício nº 079/2020 subscrito pelo senhor Prefeito Municipal Ademir Fagundes em resposta ao ofício nº 050/2020, relacionado ao projeto de lei nº 016/2020. O senhor presidente explicou que este ofício é a resposta do pedido de informação relacionado ao projeto de lei nº 016/2020. Fica comunicado o plenário. Arquive-se. Nada mais havendo em matérias do expediente, passa-se para matéria de discussão única e votação. Nada havendo em matéria de discussão única e votação, passa-se para matérias de primeira discussão e votação. Nada havendo na matéria de primeira discussão e votação, passa-se para matéria de segunda Discussão e votação. Deu entrada a seguinte matéria: Projeto de Lei nº 016/2020 de autoria do prefeito municipal, que solicita autorização legislativa para o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no orçamento programa do Município de Rio Bonito do Iguaçu para o corrente exercício, no valor total de R\$955.955,96. O vereador Luiz Fernando Moreira solicitou que seja feita a leitura somente da sumula do projeto. Aprovado por unanimidade a dispensa. O senhor Presidente esclareceu que o projeto de Lei trata de uma abertura de adicional de crédito no valor de R\$955.955,96, recurso pleiteado junto ao governo federal para calçamento na comunidade do Centro Novo, sentido BR

Irineu C. M.

158. Informou que foi solicitadas informações ao executivo sobre onde seria o início da obra e o final, como também qual seria o parlamentar responsável pela emenda. Responderam que a obra iniciará na comunidade do Centro Novo, com final sentido BR 158 e o responsável pela emenda é o Deputado Alfredo Kaefer. O senhor Presidente expôs que o mesmo não se reelegeu e o convênio em questão foi assinado em 2019, o que despertou a dúvida no nobre vereador sobre a veracidade da informação passada pelo executivo municipal. Asseverou que todo recurso vindo ha nível de governos estadual e federal é bem vindo para o município e torce para que a obra seja feita, para o benefício da comunidade. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira informou que questionou a Dr. Juliana sobre isso, a mesma respondeu que este recurso teria vindo anteriormente, quando o senhor Alfredo Kaefer ainda era deputado. O senhor Presidente demandou ao vereador se este dinheiro já está na conta do município. O vereador explicou que não há dinheiro na conta do município, que se trata de uma abertura de crédito para ser feita licitação e posteriormente o município receberá a primeira parcela, no início da referida obra. O vereador Oseias de Oliveira contestou que neste caso, como sairá o pagamento da primeira medição se não há dinheiro na conta. O senhor Presidente frisou que nesta linha de raciocínio, se o dinheiro esta 100% reservado na união para a destinação deste projeto, o Governo Federal normalmente autoriza o município a fazer a abertura de crédito, após a autorização a mesma retorna ao município e com a intervenção do município e do governo federal, o mesmo libera o processo licitatório, mesmo com a ausência do dinheiro na conta, posteriormente com a intervenção do município, o governo pode fazer a autorização da ordem de serviço, iniciando a obra, faz-se a medição, que comprovada libera os 25% feitos, e assim segue. Explicou que normalmente o governo federal vai liberando o valor conforme medição da obra, o que é necessário, seria o município ter esta influencia politica de cima, para receber a autorização da ordem de serviço para o início da mesma. O vereador Milton Rodrigues da Silva relatou que recentemente ocorreu uma situação parecida, em que recursos do governo federal, no partido dos trabalhadores, onde receberam 01 patrulha agrícola e 03 pulverizadores, no primeiro momento foi feito o trâmite do projeto e a indicação da destinação da emenda parlamentar. Frisou que não aceitavam vir o recurso caso não fosse indicação dos mesmos, para qual a comunidade que iria as maquinas agrícolas. Explanou que em outra situação foi feita a emenda impositiva no governo do estado, como também o projeto das maquinas e a destinação das mesmas para cada comunidade, ate então explicou que não teria recursos, o município esperou ser feito o deposito na conta do mesmo, ficou apto a fazer a licitação, isso há mais de sessenta dias que o dinheiro esta em conta, foi feita a licitação. Mediante o exposto, elucidou que espera que este recurso seja depositado em conta logo, para posteriormente o município fazer a licitação, pois o mesmo tem a legalidade de fazer a medição da obra e como o presidente falou pode ser que venha este ano, pois a comunidade necessita desta obra, mas diz ter suas duvidas sobre isso. Finalizou exemplificando o calçamento do Araongas, que depois de muito tempo, deram início as obras, disse esperar que devido ser um ano eleitoral o executivo “desengavete” e coloque em pratica estes projetos. O vereador José Ferreira da Silva comunicou que em conversa com o senhor prefeito municipal, o mesmo relatou ao nobre vereador que o recurso já se encontra na Caixa Econômica, destinado ao município, faltando apenas assinar para iniciar as licitações e que acredita que as obras comecem ainda este ano. O vereador Luiz Fernando Moreira asseverou que o recurso vindo ao município já é bom, sem discutir o mérito do projeto, mas vê que em relação aos outros projetos passaram até dois anos antes de iniciar as obras, exemplificou expondo o caso do Pinhalzinho e Linha Rosa, que já foi aprovado há dois anos e até o momento nada foi iniciado. O nobre vereador explanou que foi feito convenio com o estado para calçamento na comunidade de Santa Rosa, sendo dois km e meio, inclusive a empresa já havia feito a retirada das pedras e o contrato foi



 José Ferreira

reincidido, devido o dinheiro não ter sido depositado na conta do município. Frisou que os vereadores são cobrados pela população por aprovarem os projetos de abertura de crédito, mas as obras não são feitas de fato, deixou claro que é aprovado uma abertura de crédito, enunciou que estão próximos há uma eleição e não tem hoje um deputado para estar cobrando do governo. Esclareceu que a empresa que ganha à licitação, por ser um período eleitoral, fica em uma situação difícil, por não saber se receberá o valor do recurso. Concluindo disse esperar que de fato as obras sejam feitas, beneficiando os munícipes de Rio Bonito do Iguçu. O senhor Presidente explanou que em síntese, os vereadores estão cumprindo com as obrigações dos mesmos, que é aprovar a abertura de crédito. Salientou que o tramite do projeto de lei foi feito com a maior agilidade possível, tendo sido convocadas duas sessões extraordinárias para a tramitação e aprovação da matéria, tendo ciência da importância do projeto de lei para o município. Deixou claro que estão votando o projeto de lei e, por conseguinte devolvendo para o executivo, para assim o mesmo tomar as providências cabíveis, resultando na liberação do recurso e execução desta importantíssima obra. Esclareceu que o questionamento sobre o parlamentar responsável pela emenda se fosse um deputado com influencia grande no governo federal, tranquilizaria aos nobres vereadores, pois este não estaria medindo esforços para que o município recebesse este recurso. Finalizou dizendo que torce para que a obra seja concretizada de fato na comunidade para o benefício do município. Colocou em votação o referido projeto de lei. Aprovado por unanimidade. Faça-se a lei. Nada mais havendo em matéria de segunda discussão. Passa-se para matéria de terceira discussão e votação. Nada havendo em matéria de terceira discussão e votação. Passou a palavra livre. Não havendo manifestações por parte dos vereadores solicitando que seus discursos sejam transcritos nesta ata. O senhor Presidente declarou encerrada a presente sessão, e convocou sessão ordinária para segunda-feira, dia 03 de Agosto do corrente ano, às 19h00min, caso não haja convocação para sessão extraordinária anteriormente. Esta ata foi lavrada por mim, Luana Cristina Moretti ad-hoc, e assinado com os demais presentes.

Luana C. Moretti

The image shows several handwritten signatures in black ink. On the left, there is a signature that appears to be 'Luana C. Moretti'. To its right, there are several other signatures, some of which are more stylized and difficult to read. The signatures are arranged in a horizontal line across the bottom of the page.